

MOITA AINDA SEM 'LUZ VERDE' PARA REPARAR EFEITOS DA KRISTIN

Pág. 6



EXECUÇÃO DE CONTAS EM SETÚBAL FICOU A MEIO EM 2025

Pág. 6



EDUGEP 'EM FORÇA' REFORÇA AMBIÇÃO NO SETOR EDUCATIVO

Pág. 10



+ Região

Diretor Raul Tavares

Semanário Região de Setúbal

Edição n.º 1339 9.ª série

DISTRIBUIDO COM O Expresso

Sexta-feira 10 abril 2026 0,50

semmais



APSS 'FORÇA' REDUÇÃO DE PREÇOS DAS IDAS A TRÓIA

Com a concessão a aproximar-se do fim, a administração do porto de Setúbal está a negociar uma redução "substancial" dos preços das ligações a Tróia. E está também a impulsionar investimentos na zona portuária com o município sadino.

Pág. 4



FOME DISPARA NA PENÍNSULA DE SETÚBAL EAPOIOS DIMINUEM

Pág. 2

ENTREVISTA

OS DESAFIOS DE ANA TERESA VICENTE NUMA PALMELA QUE CONTINUA A ATRAIR OS MAIS JOVENS



Págs. 8/9

TURISMO

CARLA SALSINHA E O TURISMO NATUREZA QUE CRESCE NA PENÍNSULA

Pág. 4



PROJETO RADAR SOCIAL DE SINES SINALIZA 400 PESSOAS CARENCIADAS

Pág. 3

BARREIRENSE GANHADOR ESTÁ A QUATRO VITÓRIAS NO REGRESSO À PROLIGA

Pág. 12

POLITECNICO SETUBAL POLYTECHNIC UNIVERSITY

CONTINUAR A EVOLUIR É CRIAR NOVOS HORIZONTES.



MESTRADOS PÓS-GRADUAÇÕES

CANDIDATURAS ABERTAS até 27 de maio



WWW.IPS.PT ESTUDAR@IPS.PT



PUBLICIDADE

CENTENAS DE FAMÍLIAS AGUARDAM DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS PELA REFOOD

Fome dispara na península ao ritmo a que os apoios diminuem

Há filas de espera de centenas de famílias à espera de uma oportunidade de terem comida. Há dificuldades detetadas entre jovens casais e reformados, mas também entre aglomerados que antes da Covid e das guerras ainda conseguiam sobreviver. Carências afetam portugueses e estrangeiros e só os donativos vão impedindo situações extremas.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

HÁ CADA VEZ mais pessoas a sofrer privações alimentares nos nove concelhos da Península de Setúbal. A conclusão é dos núcleos locais da Refood, entidade assente no voluntariado que se dedica a fazer a recolha de alimentos para distribuir por centenas de famílias carenciadas. Ao mesmo tempo que aumenta a fome, diminuem os donativos. Casais jovens, reformados e desempregados encabeçam a lista das pessoas em maiores dificuldades.

“A situação é grave e tem vindo a piorar nos últimos anos”, diz Maria Helena, uma das coordenadoras do núcleo da Refood de Setúbal. “Neste momento estamos a ajudar com cabazes distribuídos uma vez por semana um total de 60 famílias, o que equivale a 160 pessoas, das quais 60 são crianças. É um número elevado e que exige muita dedicação e que, infelizmente, não reflete na totalidade o número de carenciados. Só no nosso núcleo temos mais 12 famílias em lista de espera. À espera que lhes possamos fornecer comida”, afirma.

A lista de espera de Setúbal não é, no entanto, nem de longe nem de perto igual à do Barreiro. Neste concelho, conforme explicou ao Semmais a responsável Clara Gonçalves, para além de 195 famílias que se encontram a receber auxílio semanal, há ainda mais 120 à espera de poderem vir a beneficiar da comida recolhida pelos voluntários.

“O que temos no Barreiro é um pouco o que se passa no resto do país: Temos 120 voluntários que recolhem alimentos cozinhados em superfícies comerciais, mas também em restaurantes, mercearias, etc e que as ajudam a distribuir diariamente por grupos de 34 ou 35 famílias”, diz Clara Gonçalves, lembrando que, tal como acontece no concelho de Setúbal, também ali são cada vez maiores as dificuldades em conseguir donativos. “O Estado deveria olhar de outro modo para o trabalho que organizações como a Refood, que trabalham em regime exclusivo de voluntariado mas que têm

de pagar contas mensais para poderem continuar a ajudar quem mais precisa”, acrescenta.

ANDAM AO CARTÃO PARA PAGAR CONTAS

Pagar contas é, pois, uma das prioridades dos núcleos da Refood no distrito. Existem casos quase caricatos como os verificados em Corroios, no concelho do Seixal, Almada ou Alcochete. Ali, de acordo com os seus responsáveis, traçou-se a chamada “Rota do Cartão”, tarefa que consiste precisamente em recolher cartão que depois é vendido e cujas receitas servem para pagar despesas.

“Sim, vendemos papel à Amarsul. Foi o modo que encontramos para financiar as nossas despesas. A Amarsul paga-nos 100 euros por tonelada de papel e, só no ano passado, vendemos mais de 40 toneladas”, explica a coordenadora de Corroios, Isabel Carvalho.

Em Almada, que é o núcleo do país com mais voluntários (são atualmente 400 pessoas que, mesmo assim, não são suficientes para todas as tarefas), a recolha de papel atingiu no ano passado as 65 toneladas. Um contributo de vulto que ajudou a pagar os 300 euros de renda mensal das instalações alugadas pela câmara municipal, no Laranjeiro, que tem servido para abastecer de combustível as três viaturas e fundamental para adquirir os equipamentos onde se vão guardando os alimentos recolhidos. “Só no ano passado foram 325 toneladas, que acabámos por distribuir por 165 famílias, o que perfaz 481 pessoas, das quais 157 são crianças e adolescentes”, refere Inês Martins, coordenadora local.

Noutros núcleos, como o do Barreiro, as contas são pagas através dos donativos que vão chegando. “Há donativos, existem mecenas e também vamos às feiras tentar fazer receita”, conta Clara Gonçalves para ajudar a explicar como a estrutura a que pertence paga mensalmente cerca de 400 euros de eletricidade, renda do armazém e combustível para as viaturas utilizadas.



Cada português desperdiça 180 quilos de comida por ano

O americano Hunter Halder é o rosto visível da Refood. Foi ele, em 2011, quem começou a dinamizar os núcleos que aos poucos foram surgindo em todo o país. Hoje são 70, mas, como lembrou em declarações ao nosso jornal, acabam por ser poucos tendo em conta que existem quase 3.100 freguesias. “Combater desperdício alimentar é algo que está nas nossas mãos. Não devemos esquecer que nas grandes superfícies, como sejam os supermercados ou restaurantes, mesmo que a comida não vendida perca valor comercial, não deixa de possuir valor nutritivo, e esse é fundamental para muitos milhares de pessoas carenciadas”, diz. Hunter Halder acrescenta que há cada vez um maior número de pessoas carenciadas e cujas dificuldades poderiam ser minoradas caso existisse um melhor aproveitamento alimentar. “Em média cada pessoa deita fora, por ano, cerca de 180 quilos de comida. Recolhe-la e distribuí-la por quem mais precisa seria um passo importante para



ajudar os que vivem num estado de pobreza crónica, mas também para os refugiados e... gente muito bem vestida”. Por gente “bem vestida” entende-se que são muitos daqueles que, por vergonha, ainda não reconhecem publicamente as dificuldades que atravessam. “Tive uma senhora num prédio que não queria que se soubesse. Durante mais de um ano deixava-mos-lhe a comida num alguardar, num sítio mais escondido. Só muito mais tarde ganhou coragem para aparecer num local de distribuição. Disse que estava cansada de esconder a pobreza”, conta.

JOVENS NA FAIXA ETÁRIA DOS 30 ANOS E REFORMADOS SÃO OS MAIS CARENCIADOS

Projeto Radar Social de Sines já tem mais de 400 pessoas sinalizadas

As dificuldades económicas causam problemas no acesso à habitação, mas também potenciam situações de carência alimentar e de medicamentos.

Os portugueses estão em maioria entre os que necessitam de ajuda, mas também há africanos e asiáticos.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

SÃO JÁ 404 as pessoas que no concelho de Sines estão sinalizadas pelos técnicos do Radar Social local e que carecem de privações diversas, nomeadamente económicas. São, na sua maioria, portugueses, embora muitos tenham nascido noutros países, que através deste projeto, desenvolvido pelo município mas coordenado pela Segurança Social, acabam por ser reencaminhados para outras entidades que os tentam ajudar a ultrapassar problemas e vulnerabilidades como o acesso à habitação, o desemprego ou a aquisição de medicamentos.

“Só no último mês tivemos mais de 40 pessoas sinalizadas pela primeira vez. Muitos vêm à nossa procura, porque o projeto, que começou a ser desenvolvido em setembro de 2024 mas que ganhou mais impulso em janeiro de 2025, é cada vez mais conhecido. Para além das situações

detetadas pelas técnicas municipais, há também casos de familiares de pessoas afetadas por diversas vulnerabilidades que nos contactam. Há também conhecimento de casos relatados por anónimos”, diz ao Semmais a coordenadora do projeto sinense, Ana Vicente.

A responsável municipal diz que Sines, à semelhança de Setúbal, a capital de distrito, é uma cidade atípica: “Há muita gente que vem para aqui. É uma cidade com muita imigração e muita indústria, mas que apresenta diversas carências, nomeadamente ao nível da habitação. O que acontece é que muitos dos que cá chegam pretendem ficar a residir no concelho que, no entanto, ainda não possui a capacidade de resposta desejada”.

“O que é que se ganha com um projeto como o Radar Social? Facilita-se a vida a quem precisa. Os técnicos, que somos dois, po-



IMAGEM DR

dem encaminhar de imediato as pessoas referenciadas para serviços capazes de dar andamento às vulnerabilidades detetadas. Com esse trabalho podemos evitar o agravamento de más situações. Ganha-se tempo”, explica ainda a especialista contactada.

Para Ana Vicente o aumento do número de pessoas com problemas sociais no concelho é um fenómeno que deverá continuar a crescer ao longo do tempo. Por um lado há situações relacionadas por imigrantes que até possuem moradas noutras zonas do país, mas que não querem sair de Sines. São pessoas que, no entanto, podem ter dificuldades económicas que as impedem de “pagar rendas de casa ou até de comprarem comida”.

HÁ MUITOS JOVENS E TAMBÉM MUITOS IDOSOS

Atendendo maioritariamente cidadãos portugueses, a verdade é que o Radar Social também é responsável pela prestação de cuidados a pessoas oriundas de Marrocos, Índia, Cabo Verde ou Moçambique. A necessidade de mão-de-obra, sobretudo do tecido empresarial local, mas também do setor agrícola, faz com que sejam cada vez mais os estrangeiros que se aventuram pelo Litoral Alentejano sem garantias de usufruírem de condições financeiras adequadas.

O Radar Social de Sines tem uma lista de 12 vulnerabilidades a que pretende dar resposta e, para além das questões económicas, existe um acompanhamento es-

pecial a setores como a terceira idade ou dos doentes. “Há muitos idosos para quem são recolhidos, por exemplo, produtos de higiene, mas também existe uma preocupação grande em conseguir acompanhar pessoas com doenças oncológicas. Essa ajuda só é possível de obter porque existe, de facto, uma boa colaboração e relacionamento entre os serviços do município e as diversas entidades locais”.

“Temos gente de todas as idades, mas principalmente na casa dos 30 anos e, depois, os maiores de 65”, refere Ana Vicente a propósito do perfil de quem solicita ajuda. Afirmo também que havendo diversas famílias referenciadas, muitas delas com crianças, nunca existiu até hoje a necessidade de encaminhar nenhuma para os serviços da Comissão de Proteção de Jovens.

“O nosso trabalho desenvolve-se com todos os centros locais do concelho e também com todas as entidades que tenham algo a ver com a atividade social. Esta relação permite encontrar mais rapidamente as melhores soluções. Em conjunto, todas estas entidades podem decidir a aceitação ou não de respostas, sendo certo que todo o trabalho é coordenado pela Segurança Social, que todos os meses se inteira dos projetos desenvolvidos”, diz a coordenadora do Radar Social de Sines. ■

7 DIAS

RELAÇÃO PORTO-CIDADE MARCA SESSÃO DA “PORTLAB LXSET”

Os portos de Lisboa e de Setúbal promoveram quarta-feira mais uma sessão da iniciativa “PortLab LxSet” na Casa da Baía, que se subordinou ao tema “Relação Porto-Cidade”. Com o objetivo de promover um diálogo construtivo entre a autoridade portuária, o município e os principais stakeholders, a iniciativa contou com a participação de Nuno Viterbo, membro da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, José Sanchez, diretor-geral da Associação Internacional de Cidades Portuárias e Maria do Carmo Tiago, vereadora do urbanismo da câmara de Setúbal.

TRANSTEJO SOFLUSA TRANSPORTOU CERCA DE 1,8 MILHÕES DE PASSAGEIROS

A Transtejo Soflusa transportou mais de 1,8 milhões de passageiros em março, uma subida de 8 por cento em

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO REÚNE EM SANTIAGO DO CACÉM



O presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, Domingos Castro, esteve reunido com o executivo municipal de Santiago do Cacém para discutir o desenvolvimento da modalidade no distrito. Em nota publicada na terça-feira, a autarquia dá conta de um encontro “altamente construtivo” que permitiu abordar questões como dinamização das infraestruturas e apoio aos atletas locais.

relação ao período homólogo de 2025 (1.705.422), segundo a empresa, em comunicado publicado na terça-feira. Do total de passageiros transportados, quase meio milhão (467.816) atravessaram o Tejo em navios elétricos. Estes valores representam uma subida de cerca de 800 por cento, comparativamente aos 53.188 do mesmo período do ano passado.

VITÓRIA E OLÍMPICO NA FINAL DA TAÇA JOAQUIM JOSÉ SOUSA MARQUES

O Vitória FC e o Olímpico do Montijo são os finalistas da Taça Joaquim José Sousa Marques, promovida pela AF Setúbal. Para chegar ao encontro decisivo, o emblema sadino venceu na deslocação às Lagameças com golos de Guilherme Santos, ao minuto 10 e de Odilon Junior, aos 33. Já o clube montijense precisou de horas extra e só bateu o União SC no prolongamento.



Se amanhã voltarmos à rotina das festas, sem qualquer inquietação ou sobressalto face ao sofrimento do mundo, algo nos escapou nesta Páscoa.

CARDEAL AMÉRICO AGUIAR, Bispo de Setúbal, na homilia da vigília pascal.

Porto de Setúbal negocia descida do preço das ligações a Tróia

Com a atual concessão a aproximar-se do fim, administração portuária quer novo tarifário fechado até junho e admite redução “substancial” dos preços. E há outros investimentos em curso.

A **ADMINISTRAÇÃO** dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) está em negociações com a Atlantic Ferries para rever o preço dos bilhetes nas ligações fluviais entre Setúbal e Tróia, com o objetivo de reduzir o custo das travessias no rio Sado.

A informação foi avançada por Nuno Viterbo, vogal da administração do porto de Setúbal, durante uma sessão do “Port Lab LxSet”, dedicada ao tema “Relação Porto-Cidade”, realizada na quarta-feira, na Casa da Baía. “É um processo que nós já iniciamos e as conversações encontram-se em curso. O nosso desejo é que até finais de junho possamos ter o acordo assinado para o novo tarifário. É um processo importante, que envolve também a ligação à cidade, os munícipes, com também quem nos visita e com a ligação a Troia e esperamos baixar substancialmente o preço”, afirmou.

O processo decorre num momento em que a atual concessão do serviço se aproxima do fim, previsto para 2026.



Ligação reforçada à cidade

Na mesma intervenção, Nuno Viterbo destacou a relação de proximidade entre o porto e a cidade de Setúbal, sublinhando a cooperação com o município na gestão da frente ribeirinha, partilhada entre as duas entidades desde 2018. Entre os investimentos em curso e previstos, referiu a instalação de uma rede de saneamento para as atividades portuárias (220 mil euros), a reabilitação da Doca dos Pescadores (400 mil euros), a conclusão do Terminal de Cruzeiros (400 mil euros) e a requalificação da Marina das Fontainhas, num investimento estimado em dois milhões de euros.

Já em outubro do ano passado, o secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Espírito Santo, tinha sinalizado no Parlamento a intenção do Governo de renegociar os preços praticados pelo concessionário.

Em dezembro, a Assembleia da República aprovou dois projetos de resolução sobre o tema: um, do Chega, recomendando a inclusão da travessia Setúbal/Tróia no Passe Navegante; outro, do Livre, propondo a renegociação da concessão à Atlantic Ferries.

Também a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), num parecer divulgado em janeiro de 2025, defendeu a renegociação do contrato e a integração desta ligação fluvial no sistema tarifário Navegante.

Atualmente, segundo dados da Atlantic Ferries, uma viagem de ida e volta em catamarã custa 9,30 euros por passageiro, sendo gratuita para crianças até aos cinco anos. O passe mensal tem um custo de 99,30 euros, enquanto o passe estudante, limitado a jovens até aos 23 anos com residência permanente em Tróia, Carvalhal ou Comporta, custa 51,60 euros.

No transporte por ferry, a travessia com viatura ligeira tem um custo de 21 euros, subindo para 37,80 euros no caso de ida e volta. Motociclos pagam 12,50 euros e bicicletas 5,50 euros. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Turismo de natureza impulsiona crescimento da península de Setúbal

Região liderou subida do turismo em 2025 e deverá manter trajetória, com aposta reforçada no enoturismo, paisagem e oferta cultural.

A **PENÍNSULA** de Setúbal foi, no último ano, a região do país que registou o maior crescimento turístico, superando a média nacional e gerando receitas que continuam a refletir-se já em 2026.

Os dados são sublinhados pela presidente da Entidade Regional de Turismo (ERT) de Lisboa e Vale do Tejo, Carla Salsinha, que aponta o turismo de natureza e o enoturismo como motores desta evolução. Setores que a responsável considera ainda em fase de afirmação, mas com elevado potencial de expansão a curto prazo.

Em declarações ao Semmais, a responsável destaca que “na Península de Setúbal ainda há

muito que não é conhecido”. “Fala-se muito nas excelentes praias e também na Arrábida, agora valorizada por ter passado a reserva da biosfera, mas ainda há muito mais a divulgar. Os municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra têm vindo a tirar proveitos da serra, mas há muito mais relacionado com a natureza que deve ser valorizado”, afirmou.

Para Carla Salsinha, o desafio passa por consolidar o que já foi alcançado e, simultaneamente, diversificar a oferta turística. “Importa preservar tudo o que de bom já foi conseguido”, sublinha, apontando como prioridades o reforço do enoturismo, “em regiões como, por exemplo, Palmela”, e a va-

lorização da dinâmica cultural, nomeadamente “pelos vários festivais que se vão realizando em todo o concelho de Almada e que tanta gente atraem”.

A responsável destaca ainda a singularidade do território, nomeadamente as suas riquezas associadas à flora e aos monumentos de vários tipos, mas também pela qualidade da sua gastronomia e dos seus vinhos. “Há muito a explorar e descobrir em cada um dos concelhos da Península. Há uma variedade imensa associada aos rios Tejo e Sado, às gentes que ali residem e trabalham, a todo o tipo de tradições e aos seus produtos endógenos que merecem ser dados a conhecer”, sublinha.



Para Carla Salsinha, estas são tarefas que as câmaras municipais, em conjunto com a ERT, estão a desenvolver, e afirma: “Se não fossem os valores naturais da região, então a mesma não seria tão atrativa para tanta gente. O crescimento populacional mostra isso mesmo”.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística

(INE), os nove concelhos da Península de Setúbal registaram cerca de 1,9 milhões de dormidas no último ano. A este número somam-se aproximadamente 12 milhões de visitantes sazonais, que procuraram sobretudo as praias da região, com destaque para a Costa da Caparica, no concelho de Almada. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

MOTORPOR REFORÇA O SEU PORTEFÓLIO NO DISTRITO DE SETÚBAL



DACIA

KIA



MITSUBISHI
MOTORS



FUSO

ISUZU



MAXUS

KGM



FIAT

Jeep®



O P E L



maZda

AGORA SÃO MAIS 12 MARCAS.

Almada . Montijo . Palmela . Setúbal

Saiba mais em motorpor.pt

MOTORPOR®

PRESSÃO NO PARQUE ESCOLAR AUMENTA E REUNIÃO COM A TUTELA FOI INCONCLUSIVA

Moita aguarda luz verde para reparar escolas danificadas pelo mau tempo

A Escola Secundária é a que motiva maiores preocupações, dado que a cobertura sofreu danos significativos. Empreitada deverá custar mais de 180 mil euros.

TEXTO DAVID MARCOS

A CÂMARA da Moita está a aguardar autorização do Ministério da Educação para avançar com intervenções urgentes no parque escolar do concelho, após os estragos provocados pela tempestade Kristin. Em causa estão danos significativos em várias escolas, com especial gravidade na Secundária da Moita, que poderá exigir uma empreitada superior a 180 mil euros.

A autarquia garante estar preparada para avançar com as obras, mas sublinha que depende do aval da tutela para iniciar os trabalhos e repor a normalidade nos estabelecimentos de ensino afetados.

O assunto esteve em destaque numa recente reunião entre o município e a tutela,

representado pelo secretário de Estado Alexandre Homem Cristo, com a situação da Escola Secundária da Moita no topo das preocupações. O estabelecimento, frequentado por mais de 800 alunos, sofreu danos relevantes na cobertura.

“Esse equipamento ficou sem parte do telhado e tem outras lacunas em várias das coberturas. A estimativa que fizemos é que o valor de intervenção ascende aos 180 mil euros. Estamos preocupados porque queremos repor toda a normalidade naquela escola e há previsão que a chuva possa regressar a breve trecho”, sublinha Carlos Albino, presidente da câmara.

O autarca explica que a natureza das obras em causa ultrapassa o âmbito de intervenção municipal no quadro da transferência de competências,

o que obriga a uma autorização prévia da tutela. Ainda assim, assegura que o município está disponível para avançar de imediato, mesmo assumindo inicialmente os custos.

“Até explicámos ao sr. secretário de Estado que não nos importávamos de fazer a obra e o Estado comprometia-se, depois, a pagar-nos essa intervenção. Aquilo que não podemos deixar arrastar é esta situação e colocar em causa a segurança e conforto da comunidade escolar”, afirma Carlos Albino, que diz ter saído da reunião apenas com “um quadro de boas vontades”.

NECESSIDADES ACUMULADAS DESDE 2019

O autarca lembra ainda que os problemas no parque escolar não são recentes, sublinhando que já em 2019 o município



tinha identificado um conjunto alargado de necessidades estruturais. O levantamento então realizado apontava para um investimento global na ordem dos 12 milhões.

Carlos Albino critica ainda o modelo de financiamento associado às intervenções no parque escolar, considerando que a tutela está a promover um “exercício pernicioso” que penaliza os municípios.

Em causa estão, segundo o autarca, custos elevados com a elaboração de projetos técnicos prévios. “Nem todos os municípios têm a mesma capacidade financeira. Antes das obras temos, na grande maioria dos casos, de custear dois projetos. Há projetos que podem custar entre 250 a 300 mil euros por escola e as câmaras é que têm de suportar”, refere. ■

Execução orçamental em Setúbal ficou-se pelos 54 por cento em 2025

O MUNICÍPIO de Setúbal aprovou, na última reunião de câmara realizada a 1 de abril, a Prestação de Contas de 2025, com destaque para uma execução orçamental que se fixou nos 54 por cento. O documento, relativo ao último ano de mandato da CDU, revela uma receita superior a 169 milhões de euros e uma despesa de 148 milhões, cerca de 26 por cento acima do registado em 2024.

As contas foram aprovadas pelo movimento Setúbal de Volta e pela CDU, com a abstenção do Chega e a reprovação do PS.

Na apresentação dos resultados, a presidente da câmara, Maria das Dores Meira, sublinhou que “uma parte substancial da execução orçamental, bem como dos factos económicos e financeiros refletidos nas demonstrações”, decorrem de decisões tomadas no mandato anterior, em momento prévio à entrada em funções do atual

executivo, que “não participou na respetiva definição, execução ou acompanhamento”.

De acordo com os dados apresentados, a receita totalizou 169 milhões, 766 mil e 370 euros (169.766.370 euros), correspondendo a uma taxa de execução de 54 por cento, valor próximo do registado em 2024, segundo o município.

Já a despesa atingiu 148.596.722 euros, o que representa um aumento de 30.523.141 euros face ao ano anterior. A autarquia atribui esta evolução ao “aumento da despesa de capital”, com mais 22.867.139 euros associados à execução de investimentos, e, em menor escala, ao crescimento da despesa corrente, que subiu 7.656,02 euros, com destaque para os gastos com pessoal e aquisição de bens e serviços.

No mesmo período, o resultado operacional evoluiu de um saldo negativo de 15.667.112



€ em 2024 para um resultado positivo de 2.328.646 euros em 2025. Ainda assim, o resultado líquido do exercício permanece negativo, fixando-se em 1.880.877 euros.

CDU DEFENDE INVESTIMENTO REALIZADO; PS CRÍTICA

Na discussão política em torno das contas, o vereador Nuno Costa, da CDU, defendeu o documento e afirmou que

o mesmo “reflete a realidade do município”, sublinhando a existência de “obra feita” e desvalorizando a taxa de execução, que atribui sobretudo às “variações dos fundos europeus”.

“No último mandato intensificou-se o investimento sério na qualidade de vida das pessoas. Foi inaugurado e está a ser inaugurado durante este mandato. Falo por exemplo do

Centro de Saúde da Bela Vista, do Centro Escolar Barbosa do Bocage, do Pavilhão das Manjeiras e do Centro Cultural de Azeitão, foram obras planeadas e cujo financiamento valeu a pena”, referiu o autarca.

Em sentido contrário, o PS justificou o voto contra, considerando que não havia margem para outra posição. O vereador Joel Marques afirmou que seria “passar um pano” sobre a gestão anterior. “Foi um navegar à vista. É verdade que parte destes investimentos esteve ligado ao PRR e existiram alguns atrasos, devido a dificuldades nos mercados, mas houve também falta de capacidade de adiantar procedimentos. Fica claro que execução orçamental foi má e muito inferior aos mínimos exigíveis. Um sentido de voto diferente seria validar um modelo de gestão com o qual nunca nos revemos”, afirmou. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Dois novos postos Galp na Comporta? **Refrescante o ano inteiro.**

POSTOS CARVALHAL



Combustível para as suas viagens e aventuras.



Loja para aquelas compras que não podem esperar.



Self-service 24 horas num dos postos, sempre lá para si.



GARUM

restaurante

E aproveite a pausa para uma refeição no novo restaurante.
Comida de conforto!



GARUM RESTAURANTE
EN 261, KM 8,3 POSTO GALP
7570-779 CARVALHAL
T. 269 094 289

PRESIDENTE DA CÂMARA DE PALMELA APONTA DESAFIOS AO CRESCIMENTO DO CONCELHO

“Faltam médicos nas zonas rurais, apesar de Palmela continuar a atrair jovens”

Ana Teresa Vicente traça um retrato detalhado de um território em crescimento, mas confrontado com desafios estruturais. Da pressão sobre os serviços de saúde, particularmente nas zonas rurais, às acessibilidades, habitação e ambiente, a autarca defende uma intervenção mais firme do Estado e garante que Palmela continua a afirmar-se como destino procurado pelas gerações mais jovens.

ENTREVISTA JOSÉ BENTO AMARO

Quais as áreas que considera de intervenção prioritária no concelho de Palmela?

O nosso programa de mandato reflete a visão que temos para um serviço público qualificado e um território humanizado e sustentável. A Educação será sempre uma prioridade. Estamos a concluir o processo de discussão da Carta Educativa de Palmela e, além da qualificação do parque escolar, é absolutamente necessária a sua ampliação para responder ao crescimento populacional.

Essa necessidade já está a ser concretizada no terreno?

Estão em execução projetos para uma nova Escola Básica em Palmela e para a requalificação das EB 2,3 Hermenegildo Capelo e José Maria dos Santos. Outra das nossas prioridades prende-se com a vivência do espaço público, desde a criação de novos espaços verdes e de lazer ao reforço da resposta na recolha de resíduos e limpeza urbana. Depois, sem dúvida, a conservação permanente de mais de 900 km de estradas e caminhos municipais e a luta pela reparação das estradas nacionais no nosso concelho e pela construção urgente de vias variantes às EN252 e EN379.

E há avanços concretos nesse dossiê?

Fui, recentemente, recebida pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, que garantiu estar na lista de prioridades a reparação das EN252 e EN379. Quanto às variantes, a Infraestruturas de Portugal prioriza o investimento com base em critérios como o atravessamento de pesados ou a sinistralidade, mas fizemos

sentir que os dados de que dispunha estavam desatualizados, em particular, os da sinistralidade, que tem vindo a agravar-se.

Sentiu anuência da tutela?

Pelo menos conseguimos o compromisso para uma visita ao terreno, em breve, e para considerar um protocolo que viabilize o arranque da construção faseada das variantes. A Península de Setúbal necessita de alternativas que melhorem a conectividade entre municípios, até no quadro de investimentos como o novo aeroporto de Lisboa, e Palmela, pela sua centralidade, deve ocupar um lugar prioritário nesta estratégia.

Internamente, adianto também a melhoria de instalações e equipamentos municipais, o reforço das equipas e do parque de viaturas e máquinas e uma reestruturação orgânica, que prepare a organização para novos desafios. São medidas essenciais que estamos a implementar. Não posso deixar de referir o trabalho em curso, envolvendo eleitos e equipas técnicas, com vista à aprovação do novo Plano Diretor Municipal, absolutamente estruturante para tudo o resto.

Que leitura faz acerca das comunidades estrangeiras que residem no concelho?

Não é um problema em Palmela, onde temos comunidades estrangeiras relativamente integradas. Ou seja, temos muita gente a trabalhar em diversos setores, desde o setor agrícola, que já depende bastante desta mão-de-obra, ao comércio e também à indústria, com os seus filhos nas escolas e com envolvi-



mento nas atividades municipais, associativas, desportivas e outras.

Ainda assim, existem fragilidades?

Podemos dizer que também haverá pessoas a viver no nosso concelho em situação de falta de dignidade, as quais temos procurado identificar e apoiar. Não é uma tarefa fácil, mas, por via do trabalho de parceria com a Fundação Santa Rafaela Maria, temos a funcionar, há quatro anos, um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, que presta atendimento descentralizado nas várias freguesias e que nos tem ajudado a conhecer e enquadrar estes novos habitantes.

As mais recentes intempéries puseram a descoberto inúmeras carências. Que balanço faz relativamente a Palmela?

Palmela não foi dos concelhos mais afetados e as consequências aqui não se comparam com concelhos vizinhos ou de outras regiões do país. Ainda assim, registamos muitos danos e a estimativa que comunicamos à CCDR-LVT atingiu cerca de 12 milhões de euros, entre espaços e equipamentos públicos, empresas, instituições privadas e de solidariedade social.



Daqui a diante será quase impossível encontrar lugar sentado no comboio.

Onde se concentram os principais impactos?

Além da intervenção de fundo nas estradas nacionais, temos necessidade de reparar praticamente toda a rede viária municipal. Outra situação grave é a devastação do Parque Venâncio Ribeiro da Costa, junto ao Castelo, onde perdemos cerca de duas centenas e meia de árvores, o que nos sugere a necessidade de refletir sobre o tipo de árvores plantadas no espaço público, mas, também, em espaços privados.

Por outro lado, foram bastante penalizadores os atrasos em obras que dependem de cofinanciamento externo, nomeadamente, no âmbito do PRR.

Temos de ter, coletivamente, uma visão sobre o território que não é apenas a visão da responsabilidade do Muni-

Advertência para a necessidade de políticas públicas transversais

Para Ana Teresa Vicente o principal problema que se coloca aos jovens é a habitação. “Não temos falta de oferta no Concelho, o que nos falta é oferta a preços acessíveis”, afirma. Para a experiente autarca, as Estratégias Locais de Habitação foram um bom contributo e explica porquê: “Já entregámos 53 habitações, temos mais em construção e outros projetos previstos, incluindo soluções de habitação colaborativa” E agora, sustenta a presidente, com o fim do PRR e o agravamento da situação financeira das autarquias, este é um problema estrutural do país. “No contexto atual, é essencial que haja respostas públicas transversais, sob pena de assistirmos a um agravamento das condições de vida e ao aumento dos níveis de pobreza”, adverte.



É muito...

Sem dúvida, sendo que o município tem investido na requalificação de edifícios, muito além dos valores transferidos pela Administração Central para conservação, nomeadamente nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo (Zeca Afonso), Poceirão e Águas de Moura, para melhorar as condições de atendimento a utentes, mas também para atrair e fixar profissionais de saúde.

De igual modo, as autarquias e as comissões de utentes lutaram muito pela nova unidade de saúde de Quinta do Anjo, em fase avançada de construção para responder a uma população em franco crescimento.

Estamos naturalmente preocupados com a gestão da Saúde, a nível regional e nacional, onde a solução da tutela é, afinal, o encerramento de serviços essenciais, como resulta da centralização regional das urgências de obstetria e ginecologia em Almada.

Segundo a posição dos autarcas da região esse foi um duro golpe...

E foi mesmo. Os autarcas da Península reuniram com a ministra da Saúde para dizer que é inaceitável, em 2026, que aumentem os partos em ambulâncias, que se retroceda nos índices de mortalidade infantil, que as mulheres desta região, bem como do Litoral Alentejano, tenham de se deslocar às portas de Lisboa para situações de urgência.

Não é esta a forma de apoiar as jovens mães de um país onde o envelhecimento é um problema grave. O Hospital de S. Bernardo tem excelentes equipas e esperamos que a obra de ampliação em curso venha melhorar as condições de trabalho, fixar profissionais e garantir, em todas as áreas, um Serviço Nacional de Saúde robusto, que continua a ser uma das maiores conquistas de Abril.

Sobre a questão dos resíduos, Palmela poderá vir a receber mais carga no futuro?

Os aterros não são lixeiras a céu aberto. São soluções de tratamento que continuam a existir na Europa e que têm um prazo de vida definido, ainda que bastante alargado, com base num plano aprovado e acompanhado pelas entidades com competências em matéria ambiental.



É preciso encontrar novas soluções para o tema dos resíduos.

Deste ponto de vista, há muitos anos que se prevê a construção de uma nova célula no Ecomarque de Palmela, ao lado do aterro existente. Por outro lado, o que temos dito é que a atual recolha e tratamento de resíduos no nosso concelho é claramente insuficiente e que é preciso encontrar novas soluções.

Mas há margem para mudar o modelo?

O problema é que a Amarsul sugere-nos que qualquer alteração depende sempre de alterações à tarifa. Ora, na região já pagamos um valor elevadíssimo de Taxa de Gestão de Resíduos, o que representa milhões de euros do orçamento municipal. A somar ao investimento no sistema de recolha e gestão de resíduos e às dificuldades registadas na recolha no nosso concelho, percebe-se que este caminho é insustentável e que trabalhar só numa ótica de aterro não é solução de futuro.

E qual será a solução?

Cabe ao sistema multimunicipal avaliar soluções alternativas, mas cabe também ao Estado Central, que decidiu a privatização da EGF. Toda a cadeia de valor tem de ser repensada.

Para terminar: o concelho continua atrativo para os mais jovens?

O Concelho de Palmela não tem registado problemas na atração de jovens. Pelo contrário, tem mantido níveis elevados e consistentes de crescimento, com novas famílias que procuram o território para desenvolver o seu projeto de vida.

A aposta continuada na área da Educação é um dos fatores e estamos a capacitar escolas, a qualificar equipamentos e a desenvolver projetos que as tornem ainda mais apelativas.

Depois, a oferta de emprego qualificado é determinante. Temos um tecido económico diversificado e dinâmico e continuaremos a trabalhar na captação desse investimento e no apoio à incubação de ideias de negócio. ■

cípio, mas, também, dos proprietários, em particular, nos espaços mais rurais, com a desobstrução de linhas de água nos seus terrenos, a limpeza de valetas nas entradas, etc. Há uma necessidade de prevenção que não pode ficar só com os serviços públicos e estamos muito empenhados na prevenção e no aprofundar de uma cultura de segurança, seja sob a forma de ações de formação e sensibilização, ou de simulacros.

A questão das acessibilidades continua a gerar críticas. Como está Palmela nesse domínio?

Os comboios da Fertagus param em quatro estações no concelho e, às horas de ponta, hoje, a partir da Estação de Palmela, já começa a ser complicado encontrar lugar sentado. Daqui em diante, é quase impossível.

Portanto, o problema não é apenas a frequência?

O que posso dizer é que não basta o aumento da frequência dos comboios, é indispensável o aumento de material circulante, que garanta condições de conforto e segurança e corresponda ao aumento da utilização, exponenciado, e bem, pelo Passe Navegante.

Em termos rodoviários, enquanto não houver uma terceira travessia do Tejo para aliviar as duas pontes, julgo que não há alternativa de fundo para quem circula entre a margem Sul e a margem Norte, às horas de ponta.

Uma coisa é inegável: a Carris Metropolitana melhorou substancialmente a oferta na nossa região e, em particular, no nosso concelho, onde foram particularmente importantes as carreiras entre a zona rural e as áreas urbanas e as ligações às estações ferroviárias.

Como classifica a oferta de serviços públicos de saúde no concelho?

A falta de médicos de família é o principal problema que afeta a nossa população. Os cuidados de saúde de proximidade são essenciais, mas se nas Unidades de Saúde Familiar de Palmela e de Pinhal Novo existe uma resposta adequada ao número de utentes, a realidade é bastante diferente no resto do concelho.

Quão diferente?

Em particular, nas zonas rurais, onde perto de 100 por cento dos utentes não têm médico.

COM NOVA SEDE EM SETÚBAL EDUGEP REFORÇA AMBIÇÃO NO SETOR EDUCATIVO

“Estamos a assumir uma nova etapa de crescimento”

A EDUGEP inaugurou, no final de 2025, a nova sede em Setúbal, um espaço construído de raiz para responder aos desafios atuais da educação e da formação. À beira de celebrar 20 anos de atividade, em setembro de 2026, a instituição entra numa nova fase de crescimento. Em entrevista, os diretores explicam o significado deste investimento, as apostas estratégicas e os desafios do setor.

ENTREVISTA RAUL TAVARES



IMAGENS DR

A inauguração das novas instalações marca um momento importante para a EDUGEP. O que simboliza este passo para a instituição?

Simboliza maturidade, visão e compromisso com o futuro. Não estamos apenas a mudar de espaço, estamos a assumir uma nova etapa de crescimento, com melhores condições para alunos, formandos e equipa, e com uma infraestrutura alinhada com aquilo que acreditamos ser a educação do século XXI.

Por que razão Setúbal foi a cidade escolhida para este novo investimento?

É a nossa casa desde o início. Crescemos com a cidade e com a sua comunidade educativa. Este investimento reforça essa ligação e reconhece o potencial do território, quer em termos educativos, quer sociais e económicos.

As novas instalações representam uma expansão da EDUGEP ou a consolidação de uma estratégia já definida?

São ambas. Consolidam uma estratégia construída ao longo de 20 anos, mas também abrem espaço para novas valências, novos projetos e maior impacto regional e nacional.

Que melhorias concretas traz este novo espaço aos alunos, formadores e restantes colaboradores?

Mais conforto, melhores condições pedagógicas e tecnológicas, salas especializadas, Maker Lab, estúdio multimédia, espaços de trabalho colaborativo e áreas pensadas para o bem-estar. Tudo foi desenhado para favorecer a aprendizagem, a inovação, o trabalho em equipa e o incentivo à capacidade de nos continuarmos a desafiar e comprometer com novas concretizações.

De que forma a EDUGEP pretende responder às necessidades educativas e formativas da região?

Através de uma oferta integrada que vai do apoio escolar à formação profissional, passando pelas áreas digitais, línguas, programação e projetos comunitários. Trabalhamos muito próximos das escolas, das famílias, das empresas e das autarquias, procurando respostas ajustadas à realidade local, promotoras de um justo e próspero desenvolvimento social.

Num contexto de constante transformação do setor da educação e formação, como se posiciona hoje a EDUGEP a nível nacional?

Como uma entidade sólida, certificada e inovadora, com presença em vários territórios, milhares de alunos e formandos envolvidos todos os anos e uma forte aposta na qualidade, no saber de base científica, na internacionalização e ligação ao mercado de trabalho.

Que áreas de formação assumem atualmente um papel mais estratégico para a instituição?

A área digital, a programação, as línguas, a formação profissional

certificada, os projetos ligados à Escola a Tempo Inteiro e a formação contínua dos adultos. Estamos também a desenvolver novas respostas na parentalidade, afirmando a educação com valores e capacitação de profissionais.

Como tem sido ajustada a oferta formativa às exigências do mercado de trabalho?

Em diálogo permanente com empresas e parceiros, atualizando conteúdos, apostando em competências práticas e criando percursos que aproximam formação e empregabilidade, incluindo estágios e experiências em contexto real, com preciosos contributos das parcerias que construímos em diversas redes europeias na concretização de projetos comuns.

As novas instalações foram pensadas também como um espaço de inovação pedagógica e tecnológica?

Claramente. O espaço foi desenhado de raiz para metodologias ativas, produção de conteúdos digitais, formação híbrida e projetos STEAM. Queremos que seja um verdadeiro laboratório de inovação educativa.

Que desafios marcaram o percurso recente da EDUGEP e que aprendizagens resultaram desse processo?

Vivemos anos exigentes, com mudanças rápidas e grande pressão sobre o setor educativo. Aprendemos a ser mais ágeis, mais colaborativos e ainda mais focados nas pessoas. Hoje somos uma organização mais resiliente e preparada.

Que papel desempenham as parcerias com empresas e entidades locais no sucesso deste novo projeto?

São fundamentais. Este crescimento só é possível graças à confiança de municípios, agrupamentos, empresas e parceiros sociais. A EDUGEP constrói os seus projetos em rede.

Que perspetivas de crescimento e desenvolvimento antevê para a EDUGEP nos próximos anos?

Crescimento sustentado, reforço da presença nacional, maior internacionalização através de redes europeias, novos projetos educativos e um papel cada vez mais ativo como polo de referência em práticas de inovação e conhecimento. ■

EDUGEP em números

Criação: 2004
Fundação (abertura ao público): 2006
Colaboradores e prestadores: mais de 500
Agrupamentos de escolas parceiros: 13
Estabelecimentos abrangidos: 70
 Alunos envolvidos (AEC, CAF e AAAF): mais de 10.000
Áreas de formação certificadas (DGERT): 17
Nova sede: cerca de 1.600 m², com salas de formação, Maker Lab, estúdio multimédia e espaços de trabalho colaborativo
Presença internacional: projetos em África e na Europa, com integração em redes europeias
Certificações: DGERT, ISO 9001, certificação como Instituição de Educação Extraescolar e Cambridge Exam Preparation Centre

Uma ‘casa’ aberta à comunidade educativa e população

Os responsáveis da EDUGEP convidam à comunidade educativa e a população a usufruírem dos novos espaços da empresa, porque esta é uma ‘casa’ aberta. “Este espaço é também deles. Queremos que a EDUGEP continue a ser um lugar aberto, de aprendizagem, partilha e cidadania”, afirmam. E acrescentam: “Estamos aqui para trabalhar com a comunidade e para ajudar a construir futuros com mais oportunidades. Teremos em cada ano um conjunto de iniciativas de convite à participação de toda a comunidade local.



**Rede
Doutor
Finanças**

**Serviço
gratuito**

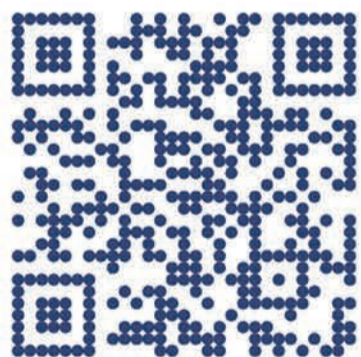
Trato dos seus créditos por si.

Carina Almeida | Quinta do Anjo | 927 012 637*



**Crédito
Habitação**

Saiba mais



**Transferência
de crédito**



Carina & Tavares – Lda está registado no Banco de Portugal, com o número de registo 0007586, como intermediário de crédito vinculado, sem regime de exclusividade, tendo celebrado contrato com as seguintes entidades: Abanca Corporación Bancaria, S.A., Sucursal em Portugal; Banco BIC Português, S.A.; Banco BPI S.A.; Banco CTT, S.A.; Banco Santander Totta, S.A.; Bankinter, S.A. - Sucursal em Portugal; Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Novo Banco, S.A.; SICAM - Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo; Union de Créditos Inmobiliários, S.A., Establecimiento Financiero de Crédito (Sociedad Unipersonal) - Sucursal em Portugal. Carina & Tavares – Lda está autorizado a: i) apresentação ou proposta de contratos de crédito a consumidores; ii) assistência a consumidores, mediante a realização de atos preparatórios ou de outros trabalhos de gestão pré-contratual relativamente a contratos de crédito que não tenham sido por si apresentados ou propostos; iii) celebração de contratos de crédito com consumidores em nome dos mutuantes. Marca detida pelo Doutor Finanças Unipessoal Lda.

*CUSTO DE CHAMADA PARA REDE MÓVEL OU REDE FIXA NACIONAL DE ACORDO COM O SEU TARIFÁRIO DE TELECOMUNICAÇÕES

AMBIÇÃO MODERADA RUMO À SUBIDA

FC Barreirense ciente dos desafios que terá para regressar à Proliga

TEXTO DAVID MARCOS

O histórico FC Barreirense está a quatro vitórias de regressar à Proliga, o segundo escalão do basquetebol nacional, apenas um ano depois de ter sido despromovido ao Campeonato Nacional 1 (CNI). A formação do Barreiro garantiu presença na III Fase da Zona Sul e prepara-se para disputar uma eliminatória à melhor de três jogos frente ao ABA, de Castelo Branco, primeiro obstáculo numa caminhada que pode culminar com o regresso à divisão superior. CB Albufeira ou Belenenses surgem como possíveis adversários na etapa final da luta pela subida.

Apesar da proximidade do objetivo, o treinador Carlos Caetano recusa embandeirar em arco e prefere manter o grupo focado no processo, sem ceder a pressões externas. “Tal como tenho dito desde o início da época, não quero

que exista uma pressão desmedida nesta questão da subida, porque temos uma equipa muito jovem. Vamos ter a vantagem em casa nesta eliminatória, o que vai ser muito importante. No fundo acho que o equilíbrio entre estas quatro equipas é muito grande e tudo pode acontecer. Ainda não consigo pensar na subida”, afirmou ao Semmais.

O primeiro duelo com o ABA está agendado para o dia 19 deste mês e surge com um dado aparentemente favorável ao Barreirense: nas duas ocasiões em que as equipas se encontraram esta temporada, a formação orientada por Carlos Caetano saiu vitoriosa. Ainda assim, o técnico desvaloriza o histórico recente e alerta para as particularidades de uma fase a eliminar. “Cada jogo é um jogo e neste caso existe esse fator diferencial que é o facto de estarmos a disputar uma eliminatória. O ABA é um adversário



com qualidade e que tem dois norte-americanos de muita qualidade e um base português com muita experiência e vamos precisar ter atenção a isso”, sublinhou.

Além da vantagem caseira, o Barreirense poderá beneficiar de maior profundidade no plantel, um fator que o treinador considera determinante em séries curtas e intensas. “Olhando para os plantéis acho que o ABA fica ali pelos

oito jogadores usados. Nós conseguimos ter do banco mais contributo, talvez com dez jogadores que podem jogar e ajudar. E isso, numa eliminatória, joga a nosso favor, porque podemos ter mais atrevimento, imprevisibilidade e mais disponibilidade física”, explicou.

Sem assumir favoritismo, Carlos Caetano reconhece, no entanto, o bom momento competitivo da equipa. Na II Fase, o Barreirense

somou sete vitórias em oito jogos, um registo que reforça a confiança do grupo nesta fase decisiva da época. “A equipa teve uma atitude fantástica. Melhorámos substancialmente, por exemplo, a questão dos ressaltos e isso influenciou os jogos. Por outro lado, melhorámos a percentagem de conversão de lançamentos de três pontos e aumentámos o volume de pontuação. Tivemos desafios interessantes, com equipas duras e cujos jogos acabámos por vencer, mesmo não jogando bem. Foi uma experiência importante para a equipa”, destacou.

Com uma mistura de juventude, ambição e prudência, o Barreirense entra assim na fase de todas as decisões consciente das dificuldades que terá pela frente, mas determinado em dar o passo necessário para regressar ao patamar competitivo onde historicamente se habituou a estar. ■

TRIVALOR
Servimos bem-estar.

www.trivalor.pt



FOOD SERVICES

- Restauração Coletiva
- Restauração Pública e Catering de Eventos
- Vending

FACILITY SERVICES

- Segurança Humana e Eletrónica
- Limpeza
- Benefícios e Incentivos
- Manutenção e Gestão de Facilities
- Gestão Documental
- Trabalho Temporário e Outsourcing

LOGISTICS AND DISTRIBUTION

- Representações e Logística
- Produção Alimentar
- Produção Industrial

MANAGEMENT AND SERVICES

- Gestão Integrada de Serviços
- Serviços Partilhados
- Saúde e Segurança no Trabalho

PUBLICIDADE

MARIONETAS LEVA OBRA TEATRAL À BAIXA DA BANHEIRA

“Alfredo – O Colecionador de Borboletas” em cena

TEXTO DAVID MARCOS

BASEADO num conto de José Gil, o espetáculo “Alfredo – O Colecionador de Borboletas” coloca em cena temas como a deficiência física, a independência e a liberdade. A dramaturgia vai estar no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo, na Baixa da Banheira, este sábado.

A peça conta a história de Alfredo, um peculiar colecionador de borboletas vermelhas que, um certo dia numa das suas caçadas, perde as duas pernas. “Este espetáculo nasce da vontade antiga da companhia em fazer alguma coisa sobre deficiência física. Decidimos pegar neste conto que escrevi há uns anos e transformar num espetáculo de marionetas. Com o Alfredo acabamos por contar uma história de resiliência e vontade de superar tudo e de continuar em frente, apesar das dificuldades”, conta José Gil, que encena o espetáculo juntamente com Natacha Costa Pereira e Sofia Vinagre.

O público, através das marionetas e alguns elementos cenográficos, é convidado a entrar no universo simples de Alfredo. “Muito mais do que a questão da limitação da locomoção, aquilo que queríamos era trabalhar em torno do conceito de liberdade, sendo que isso é a melhor coisa que existe, mas também como uma coisa frágil”, acrescenta José Gil.

Para o dramaturgo, o espetáculo convida ainda a uma reflexão sobre a inocência, em particular sobre a relação que Alfredo tem com as suas borboletas. “Esta questão da liberdade entra um pouco em choque com a incapacidade. Ele não diz que é um caçador, é um colecionador. Depois temos uma personagem que é a Violeta, que acaba por ser



A peça conta a história de Alfredo, um peculiar colecionador de borboletas vermelhas que, um certo dia numa das suas caçadas, perde as duas pernas.

a voz da consciência que o alerta para o que ele está a fazer de errado. Ele tem inocência em relação ao que faz, mas como qualquer criança, não tem rodeios e a vida continua”, explica.

“Não fazemos peças dedicadas apenas a crianças, nenhum dos nossos espetáculos é pensado dessa maneira. Apesar do Alfredo ser um bocado infantil, por assim dizer, é por outro lado muito adulto e isso torna-se evidente através do texto e das palavras que ele usa. A nossa preocupação é que tanto adultos, como crianças possam entender o que virem”, reitera o encenador.

Na conversa com o Semmais, José Gil reclamou ainda mais espaço para este tipo de espetáculos na programação e diz mesmo que “se o teatro não for incomodo, então não serve para nada”. “Além do preconceito de que o teatro de marionetas não serve para inquietar as mentes, é olhado apenas como entretenimento, este espetáculo não vai a muitos teatros porque há um preconceito com a figura do deficiente. O Alfredo questiona porque ele não se acomoda, tem a vontade de não parar e de colecionar as suas borboletas, até certo momento. Precisamos de acordar as pessoas para isto”, conta. ■

“A Flauta Mágica” de Mozart no palco do Fórum Luísa Todi

A INICIATIVA “Ópera para Bebés”, da Associação Setúbal Voz, apresenta um novo espetáculo, desta feita “A Flauta Mágica”, que sobe ao palco do Fórum Luísa Todi na manhã de domingo.

O concerto inspira-se num clássico da ópera mundial, com o mesmo nome, composta por Mozart e estreada em 1791 em Viena. “Escolhemos esta peça porque além de ser um clássico, está muito associado às crianças. Tem também várias áreas dentro da ópera e a própria história, com personagens engraçadas, é de grande acessibilidade para os jovens”, conta ao nosso jornal o maestro Jorge Salgueiro, diretor artístico do projeto.

Em palco conta-se a história da paixão de Tamino por Pamina, acompanhados por Papageno e Papagena, pela Rainha da Noite e pelo Rei Sarastro. “O príncipe encontra uma fotografia de uma princesa

pela qual se apaixona, mas para chegar a ela vai ter de passar por algumas provas maçónicas. O Rei é obrigado a prestar essas três provas, enquanto a Rainha pretende castigar a sua filha. Papageno e Papagena aparecem noutra universo. O Papageno é um passarinho que também procura o amor e uma personagem que representa o povo. No fundo é uma história complexa, mas que fomenta o amor e o facto de se ultrapassar as barreiras para se chegar aquilo que se deseja”, explica.

O espetáculo, interpretado por Diogo Oliveira (barítono), Ricardo Moniz (tenor) e Rita Cortez (mezzo), segue a linha de outras apresentações desta iniciativa, cultivando a proximidade e envolvimento do público com a simplicidade cenográfica. “A obra original tem horas, mas a nossa versão para bebés tem meia hora.

Trabalhamos com um público reduzido, no máximo para 20 crianças e elas, habitualmente, estão muito próximas dos cantores. Assim encontramos uma via para contar uma história de forma atrativa. Além disso, as crianças podem sempre participar, com algumas atividades de ritmo, de canto e de dança durante o espetáculo”, revela Jorge Salgueiro.

Ao nosso jornal, o maestro recorda que, além desta apresentação em Setúbal, promovem no sábado dois outros concertos, mas em Lagoa, nos Açores. Em palco naquela localidade vão estar “Os Xúbis”, também da iniciativa “Ópera para Bebés” e depois “As Três Sopranas – I’m The Star of the Night”, para o público em geral, com interpretação de Constança Melo, Helena de Castro e Mariana Chaves. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Agenda



“ABRIL AGORA”

O cantautor bejense leva a palco um reportório de músicas da sua autoria, mas também modas do cancionero alentejano e ainda temas de nomes incontornáveis da música portuguesa como Sérgio Godinho, José Afonso ou Vitorino.

Seixal

11 de abril, às 21h30



“LES BEAUX RIVAGES”

A GatoSA leva ao Centro de Artes um espetáculo criado e encenado pelo dramaturgo francês Lionel Ménéard. Com interpretação de Helena Rosa, Raul Oliveira, Rogério Bruno e Tomás Porto, em cena conta-se a história de uma tragédia sobre a velhice e a resiliência.

Sines

11 de abril, às 21h30



“BENJAMIM”

Este cantautor, multi-instrumentista e produtor português leva ao Fórum Luísa Todi um espetáculo marcado pelo seu formato intimista, numa viagem pelo vários discos da sua carreira, incluindo novas canções.

Setúbal

12 de abril, às 18h00



“SEM ALTERNATIVA”

O Auditório Fernando Lopes-Graça acolhe a exibição do filme do realizador coreano de referência Park Chan-wook. A trama conta a história de You Man-su que fica profundamente abalado quando é despedido.

Almada

14 de abril, às 21h00

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

A 'nova' Lei Laboral

A proposta de lei laboral em discussão, que voltou quase à estaca zero esta semana, levanta preocupações sérias que não podem ser ignoradas.

No meu entendimento, está longe de responder aos desafios estruturais do mercado de trabalho e aparenta mesmo caminhar no sentido oposto. Porque fragiliza a proteção dos trabalhadores, porque representa um retrocesso em direitos conquistados e porque falha em apresentar soluções claras, mensuráveis e escrutináveis para problemas crónicos como a precariedade, os baixos salários e a fraca competitividade.

Pergunto onde fica o reforço da estabilidade laboral e, pelo andar da carruagem, a tão necessária paz social, tendo em conta o hiato que se estabeleceu entre governo e patrões e trabalhadores.

Posso estar enganado, mas esta proposta parece normalizar vínculos mais frágeis, reduzindo a segurança dos trabalhadores e aumentando a incerteza. Esta abordagem ignora evidência amplamente documentada de que mercados de trabalho excessivamente desregulados tendem a gerar maior desigualdade, menor produtividade e menor compromisso das empresas com a qualificação dos seus recursos humanos. Em vez de um remar para o mesmo lado, gera afastamento e entropia entre os agentes económicos e a força laboral.

Mais grave ainda, a proposta não apresenta mecanismos concretos que permitam avaliar os seus impactos. Onde estão os indicadores de sucesso? Como se medirá a redução da precariedade ou o aumento dos salários? Sem metas claras e instrumentos de monitorização, qualquer promessa de melhoria torna-se difícil de verificar, e, por isso mesmo, pouco credível.

Existem, no entanto, alternativas. Vários países europeus demonstram que é possível conciliar competitividade com proteção laboral. Na Dinamarca, por exemplo, o modelo de "flexigurança" combina facilidade de contratação e despedimento com um forte sistema de proteção social e políticas ativas de emprego. Já a Alemanha tem investido na negociação coletiva robusta e em mecanismos de co-determinação, envolvendo trabalhadores nas decisões das empresas. Na Países Baixos, políticas de combate à precariedade incluem limites claros ao uso de contratos temporários e incentivos à sua conversão em contratos permanentes.

Inspirando-se nestes exemplos, uma reforma laboral verdadeiramente progressista deveria, a meu ver, apostar em três eixos fundamentais: reforço da negociação coletiva, combate efetivo aos vínculos precários abusivos e valorização salarial sustentada, nomeadamente através do aumento do salário mínimo e de incentivos à produtividade. Paralelamente, seria essencial investir em formação contínua e requalificação profissional, permitindo às empresas competir não pelo baixo custo, mas pela inovação e qualidade.

Uma lei laboral deve ser mais do que um instrumento de flexibilização, deve ser um pilar de equilíbrio social e desenvolvimento económico. Sem isso, corre-se o risco de aprofundar os problemas que se pretende resolver.



ARTUR VAZ
ESCRITOR

Investir na cultura e na leitura, é algo consignado na estruturação do Plano Nacional de Leitura, criado em 2006, e uma resposta institucional ao baixo nível de literacia. Contudo, o PNL viu a essência da sua missão ser extinta por uma portaria de Fevereiro de 2026. A proposta em consulta pública até 28 de Abril, prevê para o 12^a ano que os romances de José Saramago, "Memorial do Convento" ou "O Ano da Morte de Ricardo Reis", possam ser substituídos por "Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde", de Mário de Carvalho. A proposta prevê ainda que Camilo Castelo Branco passe a leitura obrigatória.

Perante esta incongruência, e a possibilidade da mesma ser ajustada antes de entrar em vigor no próximo ano lectivo, levou o ministro da Educação afirmar que "não se trata de cariz ideológico uma vez que a alternativa também é militante do PCP, além disso acho que José Saramago não tem de ser obrigatório".

Em suma, esta aparente escusa da obrigatoriedade do único Nobel português da Literatura, está a suscitar grande agitação e um profundo debate no meio académico e cultural. Senão vejamos, com mais de meio século de escrita e intervenções literárias, direi que diminuir a exigência e o retrocesso no PNL é, inquestionavelmente, um acto antidemocrático, retrógrado e pedagogicamente

JOSÉ SARAMAGO O Nobel explosivo.

ineficaz. O permanente fosso pedagógico entre os leitores instalou-se como uma doutrina silenciosa.

Em vez de se investir na formação de leitores, tendo como objectivo diminuir a complexidade do estilo da escrita de Saramago, com frases longas e uma pontuação deliberada e subversiva num diálogo que obriga a pensar, opta-se por adaptar o currículo à incapacidade que o próprio sistema está montado, facilitando o vício e indo pela redução da exigência, dizendo consecutivamente "porque os alunos não conseguem assimilar". Melhor dizendo, porque nunca lhes foi exigido que o fizessem.

A tudo isso junta-se o desinvestimento no PNL, sendo explícito um duplo ataque deste governo à literacia dum geração.

Ao afastar os jovens da literatura mais exigente não está a protegê-los, mas sim a empobrecê-los.

Dizer-lhes que a complexidade é dispensável, que o esforço intelectual é opcional.

José Saramago escreveu sobre diversos casos de cegueira e este manual de cegueira política, é uma dádiva a uma geração que é educada, cada vez mais, para a estupidificação coletiva.

A obra literária de José Saramago continua a ser ainda para alguns iletrados vector de explosão.



ANTONIO REGUENGOS
ECONOMISTA CONSELHEIRO

O balanço provisório das operações "Páscoa 2026" da GNR e "Polícia Sempre Presente: Páscoa em Segurança 2026" da PSP não podia ser mais trágico. Segundo os números divulgados no momento em que escrevo este texto, registaram-se, nas estradas portuguesas, 2602 acidentes, dos quais resultaram 20 mortos, 53 feridos graves e 845 feridos ligeiros. Uma verdadeira carnificina é o que se passa nas estradas deste país à beira-mar plantado.

O Ministro da Administração Interna, Luís Neves, nas redes sociais, escreve, e bem, que "não são apenas números. São vidas. São famílias destruídas". É isto que uma pessoa decente diz quando fala sobre vítimas e não como "aqueles que não evitaram a trágica consequência de perder a vida", a infeliz expressão utilizada pelo Primeiro Ministro referindo-se às vítimas da tempestade Kristin.

O estado de boa parte da rede rodoviária, o excesso de velocidade, o consumo de álcool ou o desrespeito pelas mais básicas regras de trânsito muito contribuem para que Portugal continue a ser considerado como um país do Terceiro Mundo no que concerne à sinistralidade rodoviária.

Não há nada de mais tuga que gabar-se que se fez a viagem em menos tempo, batendo-se autênticos recordes

O FREI TOMÁS DOS TEMPOS MODERNOS ATACA OUTRA VEZ

de velocidade, ou daquela ultrapassagem que se fez na estrada nacional, digna de um piloto de Fórmula 1 ou rally que todos pensamos ser. Isto para já não falar na praga quotidiana, agravada nos períodos festivos, dos parolos condutores que conduzem na faixa do meio nas autoestradas.

Mas mais do que investir em campanhas de sensibilização, torna-se importante que sejam dados bons exemplos.

Num vídeo da central de propaganda que se tornou este Governo, o Primeiro Ministro aparece dentro de uma viatura oficial, sem cinto de segurança. O seu motorista também não parece usar cinto. Verifica-se que o carro está em movimento, deslocando-se pelas ruas de Lisboa.

No mês passado, neste mesmo espaço, escrevi a propósito do encerramento da urgência de obstetrícia e ginecologia do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, no Barreiro, que Luís Montenegro era o Frei Tomás dos tempos modernos. Recordando a sabedoria popular "Bem prega Frei Tomás: faz o que ele diz, não fazas o que ele faz".

Montenegro não nos desaponta, bem pelo contrário. Vem confirmar novamente que não é propriamente um bom exemplo a seguir.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação **José Joaquim Cabecinha** nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa, / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais.pt** / /jornalsemmais



CARLOS CARDOSO
GESTOR

A UTOPIA DA COMPETÊNCIA.

Há ideias que, à primeira vista, parecem simples, quase óbvias. Mas quanto mais nelas pensamos, mais percebemos que encerram uma exigência rara. Trabalhar com gente competente é uma dessas ideias. Parece natural, quase um dado adquirido. No entanto, na prática, torna-se uma espécie de utopia, não porque não exista, mas porque exige mais do que aquilo a que muitas vezes estamos habituados a dar.

E quando olhamos para a governação do nosso país e para os partidos políticos, essa utopia torna-se ainda mais evidente. Raramente se vislumbra essa competência de forma consistente. Falta, muitas vezes, a preparação, o sentido de responsabilidade e, sobretudo, a capacidade de ouvir e aprender. Em vez disso, assiste-se a discursos vazios, a decisões pouco sustentadas e a uma lógica de curto prazo que pouco tem a ver com aquilo que verdadeiramente serve o bem comum.

Ser competente não é apenas dominar uma função ou cumprir um conjunto de tarefas. É reunir um conjunto de qualidades que não se ensinam apenas nos livros,

organização, sentido de responsabilidade, capacidade de ouvir e de agir no momento certo. É levantar-se para falar com clareza e sentar-se para ouvir com a mesma atenção. E esta última parte, tantas vezes esquecida, é talvez a mais difícil de todas.

Vivemos num tempo em que se fala muito, mas se escuta pouco. Em que se quer mostrar conhecimento, mas nem sempre se tem a humildade de o partilhar ou de o questionar. A verdadeira competência começa precisamente aí, na consciência de que ninguém sabe tudo e de que aprender não é um acto pontual, mas um processo contínuo.

Trabalhar com pessoas assim muda tudo. O ambiente transforma-se. Deixa de ser apenas um espaço de cumprimento de obrigações e passa a ser um espaço de crescimento. São pessoas que ensinam sem impor, que aprendem sem receio, que estimulam quem está ao lado e que sabem quando devem aproximar-se e quando devem dar espaço. Não é apenas trabalho, é construção.

Há também uma ideia essencial que distingue quem realmente percebe o valor do conhecimento, não há saberes maiores ou menores, há saberes diferentes. Cada pessoa traz consigo um percurso, uma experiência, uma forma de ver o mundo. Quando isso é respeitado, cria-se algo maior do que a soma das partes. Quando não é, perde-se uma oportunidade que dificilmente volta.

E depois há o tempo. Tudo passa, cargos, funções, estatutos. O que hoje parece fundamental amanhã pode já não ter o mesmo peso. Mas há algo que fica. Fica a forma como tratamos os outros, aquilo que partilhamos, o que ensinamos e, sobretudo, o que deixamos em cada pessoa com quem nos cruzamos. Esse é o verdadeiro legado.

Talvez por isso esta ideia de trabalhar com gente competente continue a soar a utopia. Porque implica exigência, rigor, mas também humanidade. Implica fazer bem, mas fazer bem com os outros e para os outros. E isso nem sempre é o caminho mais fácil.

Ainda assim, é o único que vale a pena.

PUBLICIDADE

DIGITAL
**sem
mais**

TUDO EM
semmais.pt

f /jornalsemmais

f /semmaisedicaooolentejo



Informação segura e confirmada.
24 HORAS POR DIA

Dona ERMELINDA

FAZ PARTE DA SUA VIDA

TRADIÇÃO E
EXCELÊNCIA,
EM TODOS OS
MOMENTOS.

Vinho tinto rico em frutos vermelhos bem maduros, bem harmonizado com a mdeira. Final de boca cheio, complexo, longo e agradável.

Red wine rich in very ripe red fruits well combined with the wood. Full, complex, long and pleasant aftertaste.



WWW.ERMELINDAFREITAS.PT



SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.



WINE MODERATION
EST. 1920